

## **EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA UFF**

### **EXTENSION IN PUBLIC UNIVERSITY: AN EXPERIENCE OF SOCIAL WORK AT UFF**

Eblin Farage<sup>1</sup>

Thais Gomes da Silva<sup>2</sup>

Sabrina dos Santos Dias<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo trata da extensão universitária como espaço de reafirmação da educação superior pública e do caráter social da educação. Reafirma a extensão como uma importante contribuição para a formação profissional do Serviço Social e explicita duas importantes experiências de extensão universitária em instituição pública brasileira no curso de Serviço Social. Ao mesmo tempo aponta contradições no processo de curricularização. A extensão universitária é reafirmada no tripé da Universidade Pública, articulada com o ensino e a pesquisa, não sendo compreendida como segmento separado e autônomo, mas ao contrário, como integrante de um projeto de educação vinculado aos interesses da classe trabalhadora. A articulação entre formação profissional, universidade pública e extensão universitária é compreendida como elemento de reafirmação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão Universitária. Universidade Pública. Serviço Social. Curricularização.

**ABSTRACT:** This article deals with university extension as a locus of reaffirmation of public higher education, as well as of the social characteristic of education. It reaffirms extension as an important contribution to the formation of Social Work professionals and highlights two important experiences of university extension in a Brazilian public institution in the Social Work course, while pointing out contradictions in its curricularization process. The university extension is reaffirmed in the tripod of the Public University, articulated with teaching and research, thus, it is not understood as a separate and autonomous segment, but, on the contrary, as part of a project of education linked to the interests of the working class. The articulation between professional education, public university and university extension is understood as an element of reaffirmation of the Ethical and Political Project of Social Work.

---

<sup>1</sup> Assistente social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ. Professora da Escola de Serviço Social da UFF, membro do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). [farage.eblin@gmail.com](mailto:farage.eblin@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social, mestre em Serviço Social pela UFRJ e doutoranda em Serviço Social pela UFRJ. Pesquisadora do Observatório de Favelas.

<sup>3</sup> Assistente Social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF e pesquisadora do NEPFE.

**KEY WORDS:** University Extension. Public University. Social Work. Curriculum.

## INTRODUÇÃO

O debate sobre extensão universitária, apesar de estar presente desde o início da constituição do projeto de Universidade pública no Brasil, tem seu primeiro grande impulso, da forma como a concebemos hoje, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que, em seu artigo 207, definiu que “as universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Podemos considerar, que o germe do que hoje denominamos de extensão universitária tem origem no movimento de Córdoba, quando estudantes universitários, imbuídos do desejo de lutar por uma universidade mais popular, a partir do Manifesto de Córdoba publicado em 21 de junho de 1918, organizaram o I Congresso Nacional de Estudantes Argentinos em julho do mesmo ano, com as seguintes reivindicações:

coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; universidade aberta ao povo (NETO, 2012, p. 67).

A partir desse momento, de forma mais contundente, o projeto de universidade atrelada a igreja, sem autonomia, fechada ao povo, hierárquica e elitista, passou a ser questionado. Certamente já sob a influência da Revolução Russa de 1917, novos ventos passam a impulsionar as mobilizações da juventude na América Latina.

No Brasil, ante nossa particularidade de um país há menos de trinta anos havia abolido oficialmente a escravidão, mas que ainda, como hoje, não havia eliminado as marcas de um país escravocrata, racista, machista e cristão, o projeto

de educação superior era muito restrito. Não se podia falar em uma “universidade aberta ao povo”, se por essas bandas continentais, nem a educação básica era aberta para o povo. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, um dos primeiros marcos a exigir a ampliação do ensino público, só acontece em 1932, eivado de contradições, marcado por reivindicações progressistas e, ao mesmo tempo, por uma perspectiva liberal.

Nossos caminhos para a defesa da educação pública e de qualidade para todos foram longos e tortuosos. Não era consenso, como ainda não o é, que a educação pública deve ser para todos, e que o Estado tenha que ser responsável por tal oferta. Por isso, consideramos que a trajetória na luta pela educação foi marcada por dois projetos centrais, antagônicos e em disputa. De um lado, o projeto de educação das elites, marcado pela lógica meritocrática, hierárquica e privatista, por outro, o projeto de educação socialmente referenciado, público, de qualidade, universal e garantido pelo Estado. Essa disputa marcou nossa história e influi na conformação das principais políticas públicas educacionais do país, partindo da Constituição Federal de 1988 e atingindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e os Planos Nacionais de Educação (PNE), de 2011-2020 e 2014-2024.

A disputa entre os diferentes projetos de educação, presentes e mais agudizadas nos dias de hoje, compõem o cenário de análise para pensarmos nos desafios da extensão universitária em sua articulação com o projeto de universidade pública autônoma e também o processo de sua curricularização. A história demonstra que a extensão foi o último braço, do tripé constitucional ensino-pesquisa-extensão, a começar a ser discutido e regulamentado, que aconteceu de forma tardia, também nas universidades públicas, e que sua configuração, além de tardia, ocorreu a partir de uma normatização ‘pelo alto’, portanto, sinalizando posições não alvissareiras.

Nesse sentido, o presente artigo aborda a extensão universitária, a partir da perspectiva da Universidade Pública considerando o projeto classista de educação, que reconhece o ensino superior como um direito de todos/as, tendo por base o

preceito conquistado na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como afirma o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

A universidade pública é uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar (ANDES-SN, 2013, p. 17).

A premissa adotada é que as instituições públicas de ensino superior, como parte do sistema de políticas públicas conquistado pelos trabalhadores brasileiros, em especial a partir da CF/88, têm como centro de sua atuação a garantia de direitos às parcelas mais pauperizadas da população, em especial àqueles segmentos da classe mais atingidos com a desigualdade inerente à sociabilidade do capital.

Nessa perspectiva, a Universidade Pública Brasileira constitui-se como um patrimônio conquistado pela sociedade que deve cumprir, a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, a função de assegurar integração social, acesso aos bens culturais e aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, bem como, atuar como espaço de produção de tecnologia para o desenvolvimento social.

Assim o presente artigo, partindo de uma revisão bibliográfica e do tratamento de duas experiências extensionistas, traz reflexões sobre os desafios de reafirmar a extensão universitária como um elemento do processo formativo e não como uma mercadoria, como a resolução do CNE nº. 7/2018 sobre a curricularização da extensão, abre possibilidade. Na primeira parte, após a introdução, o artigo traz elementos dos trabalhos extensionistas na formação profissional, considerando o projeto de educação pública que contribua para uma perspectiva emancipatória. As terceira e quarta partes tratam de experiências de extensão na Universidade Federal Fluminense (UFF), a partir da experiência de um núcleo de pesquisa/extensão. Ao final, traz algumas reflexões para aprofundamentos futuros.

## **O LUGAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

A partir de duas experiências concretas de extensão universitária em instituição pública de ensino, afirma-se o projeto de Universidade inclusiva e de articulação entre a pesquisa e a extensão. Projeto, que faça sentido real na vida da classe trabalhadora e que contribua, como previsto na política nacional de extensão, para a formação de estudantes e professores e para conquistar o reconhecimento da sociedade brasileira a partir da priorização de práticas que contribuam para o atendimento das necessidades sociais. Como explicitado nos objetivos da Política Nacional Extensão Universitária (PNEU):

Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;

Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho (PNEU, 2012, p. 5).

Reafirmamos a função da Universidade Pública que, segundo o ANDES-SN (2013), deve ser:

Gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada (...) constitui um modelo de instituição de ensino superior (IES) que expressa o compromisso do Movimento Docente com a qualidade e a responsabilidade social do trabalho acadêmico e com a construção de uma sociedade justa e igualitária (ANDES-SN, 2013, p. 17).

Porém, o que vivenciamos no Brasil dos últimos anos é um processo de desmonte do caráter público das instituições de ensino, que pouco a pouco vão

sendo transformadas em instituições com forte direcionamento e influência dos interesses privados. Esse processo agrava-se ainda mais após a aprovação da Emenda Constitucional Nº. 95 de 2016, que institui o teto de gastos nas políticas públicas por 20 anos, congelando os investimentos e restringindo ainda mais as políticas públicas e sociais brasileiras.

Nesse contexto de grandes retrocessos, em especial após o golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) do cargo, as contrarreformas vêm se acelerando, fazendo o Brasil retroceder nas conquistas, em especial no último período a partir da ascensão da extrema-direita, após a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022). Os retrocessos também se fazem sentir nas universidades públicas por meio de cortes de verbas que impactam o cotidiano das instituições com diminuição de bolsas discentes para pesquisa e extensão, redução de recursos para desenvolvimento de projetos e limitação de estrutura, assim como esvaziamento dos programas de assistência estudantil, que são fundamentais para a garantia de permanência de estudantes de origem popular na universidade.

Compreendendo que a educação pública “[...] é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado, que deve proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa [...]” (ANDES-SN, 2013, p.17) e que a Universidade Pública é “[...]um importante patrimônio social e se caracteriza pela universalidade na produção de conhecimento e pela transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, constituindo-se em uma instituição de interesse público [...]” (ANDES-SN, 2013, p. 18), reconhecemos no tripé ensino-pesquisa-extensão, a potencialidade de afirmação do caráter público e de qualidade da formação de ensino superior.

Assim compreende-se, que partindo dessa perspectiva de universidade pública, a extensão Universitária, torna-se espaço privilegiado de formação profissional para diversas áreas, incluindo o Serviço Social. A formação profissional em Serviço Social possui, na etapa do estágio, um importante momento para a concretização dos nexos entre teoria e prática, conforme expressam as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS), aprovadas em 1996, ainda pela ABESS, na construção dos três eixos do currículo.

Porém, no âmbito das políticas públicas e sociais, os campos de estágio passam, em sua maioria, por um processo de desmonte após o início do projeto neoliberal no Brasil. Com maior ênfase a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), quando se intensificam o processo de redução da intervenção direta estatal em políticas públicas e de privatização, as políticas públicas passam a ser desestruturadas, com a contratação de trabalhadores via organizações sociais, limitação de concursos públicos e sucessivos cortes de verbas e de pessoal. Esse processo de desmonte conflita com os direitos que haviam sido conquistados na Constituição Federal de 1988, que não havia se consolidado e já começava a ser desestruturado.

Assim, importantes campos de estágio do Serviço Social, na área da saúde, assistência social, previdência, moradia, criança e adolescente entre outros, passam por processos de desestruturação, redução de ações e de repasse da responsabilidade de realização dos serviços para organizações não governamentais e entidades privadas. Assim, também são precarizados importantes espaços de formação profissional.

Não com o intuito de substituição, mas sob a perspectiva de reforçar a formação profissional, tendo como referência as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético Político do Serviço Social, a extensão universitária, pode constituir-se como um espaço importante de interação entre teoria e prática e de inserção em experiências reais de formação profissional, que reafirmem o direito dos trabalhadores com qualidade.

Outro aspecto fundamental do trabalho extensionista é a possibilidade de permitir, aos segmentos da população ainda fora do universo acadêmico, o acesso à universidade pública e, assim, ratificar o caráter social das instituições públicas, fortalecer a troca de saberes com a sociedade e contribuir na formação profissional.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza



a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

Nesse sentido, a elaboração e efetivação de projetos extensionistas que articulem a experiência produzida nas universidades públicas e reafirmem o caráter social e emancipatório, bem como o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, passa por realizar ações em articulação com movimentos sociais de diferentes áreas e com políticas públicas e sociais que reafirmem os direitos conquistados.

A esses preceitos aglutinam-se os desafios postos pela resolução CNE/CES nº 7/2018, que orienta a curricularização da extensão universitária, com a obrigatoriedade que seja incluído nos currículos de todos os cursos de graduação, ações de extensão que correspondam a 10% da carga horária total, em instituições públicas e privadas, com o objetivo de efetivar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão propugnada pela CF/88. A curricularização busca ainda dar tratamento a meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que institui o novo PNE. O que parecia apenas um desejo político dos denominados ‘docentes extensionistas’, que sempre dedicaram parte de sua carga horária em projetos de extensão, oficializa-se na maior parte das instituições de ensino pela força da normatização. Como tudo que é normatizado vindo de instâncias superiores sem dialogar com as instâncias executoras, a curricularização apresenta-se eivada de contradições.

A luta e a reivindicação pelo reconhecimento dos trabalhos de extensão universitária passavam, no âmbito da perspectiva de uma educação emancipatória,



pelo compromisso de fortalecer os laços entre a universidade e seu entorno, em especial intensificando o papel social da instituição pública de ensino, a partir do desenvolvimento de ações voltadas para comunidades e territórios populares, quilombolas, ribeirinhos, populações em situação de opressões, mulheres vítimas das mais diversas formas de violência, negros e negras, movimentos sociais e todos os demais segmentos invisibilizados pelo poder público. Também pela extensão universitária se investiu em formações continuadas para profissionais já formados e em formação complementar para estudantes de graduação e pós-graduação.

Nessa perspectiva, a extensão universitária não é considerada um 'serviço' vendável, como alguns setores universitários defendem. Não se trata de regulamentar cursos pagos, especializações pagas, parceria público privada e venda das mais variadas formas de conhecimento travestidos em mercadoria. Porém a forma como a resolução apresenta as possibilidades de curricularização da extensão universitária, com artigos genéricos, sem pontuar a gratuidade de ações a serem ofertadas e sem, de forma enfática e objetiva, distinguir a extensão das ações de pesquisa e ensino, tem possibilitado a mais ampla e diversa interpretação. Em seu artigo 3º, a resolução do CNE, indica:

Art. 3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (CNE, 2018, p. 1-2).

Um artigo genérico que não reafirma a educação pública e não elimina a possibilidade de venda de serviços, ao contrário, assim como o conjunto da resolução, abre espaço para as parcerias público-privadas e para múltiplas possibilidades de venda e cobranças a partir da extensão.

Considerando essas reflexões socializamos duas experiências extensionistas que reafirmam o caráter da universidade pública brasileira, contribuem para a formação profissional dos estudantes de Serviço Social, reafirmam as políticas

públicas de educação como conquista social e os princípios do projeto ético político da profissão como norteadoras da formação e da direção social da ação profissional. Assim, partimos do pressuposto, de que a extensão universitária, de fato, deve ser integrada às ações de pesquisa e ensino, acima de tudo deve ser socialmente referenciada e gratuita, não se constituindo como mercadoria.

## **A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA: A AÇÃO JUNTO AO MTST**

A articulação aos movimentos sociais caracteriza-se como importante e necessária estratégia do Serviço Social de enfrentamento à atual conjuntura de ofensiva do capital aos trabalhadores, que se materializa como retrocesso no âmbito dos direitos historicamente conquistados. A busca por caminhos que extrapolem a institucionalidade estatal torna-se essencial, uma vez que, as respostas do Estado às expressões da questão social e às lutas dos trabalhadores constituem-se cada vez mais de forma fragmentada e punitiva.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, solidificado a partir da década de 1990, significou uma transformação radical para os princípios norteadores da profissão. De maneira explícita esse projeto apresenta-se atrelado ao projeto societário da classe trabalhadora e com o compromisso de construção de uma nova ordem, como destaca Netto (1999). Desse modo, a direção hegemônica da profissão hoje é anticapitalista e tem como alguns dos princípios descritos em seu Código de Ética Profissional de 1993: Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

Evidencia-se, para que tal projeto possa ter capilaridade, o quão imperativo se faz, a aproximação com as lutas e os processos de organização da classe trabalhadora. Apenas desse modo, de fato há implicação com os princípios norteadores da profissão. Conforme Duriguetto (2014), uma estratégia do Serviço

Social para enfrentar esta ofensiva do capital à classe trabalhadora seria exatamente as intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular. Esse tipo de atuação profissional possibilita revigorar o projeto ético-político e, também, criar novas formas do fazer profissional.

Para tal, a formação profissional tem potencial privilegiado para fomentar a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais. A ampliação de experiências nestes espaços, assim como uma maior implicação com os debates sobre as lutas sociais, propicia, além do fortalecimento do Projeto Ético-Político, a reafirmação do projeto de educação que o Serviço Social defende, que está necessariamente imbricado com as demandas coletivas dos trabalhadores, em desfavor da perspectiva elitista de universidade, que lamentavelmente ainda é majoritária no Brasil.

Experiências como a extensão realizada junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), desde o ano de 2014, nas ocupações realizadas no estado do Rio de Janeiro constituem, assim, estratégias de fundamental importância para o fortalecimento do projeto profissional, bem como para que o Serviço Social possa construir caminhos de uma intervenção profissional que estabeleça resistência à atual conjuntura social, econômica e política. A extensão com o MTST aproximou os estudantes da vivência e das lutas de um movimento social, assim como dos debates sobre questão urbana e direito à cidade.

O MTST (Movimento de Trabalhadores Sem-Teto) é um Movimento de atuação territorial que surge no final da década de 1990 e inicia sua trajetória de busca por moradia digna, almejando desencadear um processo mais amplo de luta por uma nova cidade, contra a especulação imobiliária e o Estado que a protege. Embora a bandeira central do movimento seja por moradia digna, entende-se que o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar - o sem teto - também não tem acesso à educação, saneamento básico, aos atendimentos de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades básicas. Sendo, assim, a luta por moradia compreendida também como luta maior, por melhores condições de vida.

A partir dessa compreensão, sua ação concentra-se nas ocupações de terras urbanas, pressionando diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construindo um processo de organização autônoma dos trabalhadores. Além disso, uma forma de ação estratégica para o MTST são os bloqueios de rodovias e avenidas importantes. Por meio da ação direta, coletiva e organizada o Movimento busca ressignificar, em ato, o terreno, criando um episódio no combate à especulação imobiliária e sua cadeia de agenciamentos, assim como a dinâmica atávica de segregação urbana na formação social brasileira.

O movimento realizou até hoje três ocupações no estado do Rio de Janeiro, sendo a primeira na cidade de São Gonçalo em 2014 e as outras na cidade de Niterói, uma em 2015 e outra em 2018. O processo de mobilização do MTST não se encerra com o final das ocupações, mas permanece em constante mobilização e articulação aos trabalhadores. O ato da ocupação constitui apenas a primeira fase de mobilização, responsável pelo maior tensionamento com o poder público. O NÚCLEO DE PESQUISA<sup>4</sup>, através da extensão universitária, esteve imbricado com esses processos tanto durante as ocupações como nas fases posteriores.

A atuação do Serviço Social (professores, alunos e profissionais articulados pelo NÚCLEO DE PESQUISA) iniciou-se com o cadastro geral dos acampados, realizado desde os primeiros dias das ocupações. Percebeu-se, nesse momento, que havia falta de informações dos moradores com relação a diversas demandas sociais, como documentação, escolarização, moradia, trabalho, dentre outras. Todavia, este cadastro inicial tinha um formato sucinto para maior objetividade da contagem do número de famílias. O NÚCLEO DE PESQUISA sistematizou as informações obtidas com o cadastro e as repassou ao Movimento.

A partir da análise do cadastro inicial, identificou-se a necessidade de elaborar um instrumento que possibilitasse obter informações mais aprofundadas desta população e que pudesse se desdobrar em ações. Assim, foi elaborado e

---

<sup>4</sup> Com o intuito de evitar a identificação dos autores do artigo, o nome do Núcleo que desenvolve o trabalho extensionista foi substituído pela expressão genérica NÚCLEO DE PESQUISA. Neste e em outros locais onde a expressão NÚCLEO DE PESQUISA esteja assim grafada, caso o artigo seja aprovado, será inserido o efetivo nome do núcleo na versão final.

aplicado extenso questionário social que possibilitou mapear as condições de vida e os acessos aos direitos. Os resultados deste questionário evidenciaram demandas sociais das mais diversas, como questões relativas à documentação civil e o acesso às políticas sociais. As informações obtidas a partir deste questionário desdobraram-se, em atividades, como oficinas sobre o acesso a direitos, obtenção de documentação e atividades de formação política. O NÚCLEO DE PESQUISA divulga as oficinas e realiza alguns levantamentos durante a participação nas assembleias do movimento realizadas com os/as trabalhadores/as. A participação dos extensionistas nas assembleias se caracteriza como uma forma de estabelecer diálogo com moradores/as.

Realizou-se, quando necessário, visitas domiciliares a algumas famílias com o objetivo de propiciar auxílio no que tange ao acesso a direitos e a instruções de questões diversas para garantir que as famílias estivessem dentro dos quesitos exigidos para o acesso à moradia. Situação recorrente é a obtenção do NIS<sup>5</sup> (Número de Identificação Social) que os futuros proprietários das moradias devem possuir, mas que é direito desconhecido da maioria da população pobre.

A experiência do NÚCLEO DE PESQUISA foi pioneira com o MTST, estabelecendo organização das demandas em período prévio a conquista efetiva das moradias. Como forma de garantir o acesso ao direito à moradia, foi realizado pelos extensionistas do núcleo, um mapeamento das instituições e equipamentos públicos que realizam a cobertura da área dos moradores que participaram das ocupações. O mapeamento objetivou garantir informações exatas para a população sobre o que cada equipamento oferecia, possibilitando o encaminhamento correto, evitando fazer com que os moradores passem por muitas instituições e fossem, por vezes, revitimizados.

---

<sup>5</sup> O Número de Inscrição Social, mais conhecido como NIS, é um número que identifica os trabalhadores brasileiros e cidadãos cadastrados em programas sociais. É uma forma de identificar o cidadão cadastrado em diversos programas sociais. Ver mais em: <https://direitosbrasil.com/nis/>

O núcleo realizou ainda oficinas em que as temáticas são provenientes de demandas apresentadas pelos moradores e, por necessidades identificadas nos questionários. O projeto com o MTST não é algo estático, mas em constante transformação, a partir das demandas reais apresentadas. Busca-se sempre incluir os alunos da graduação em todas as atividades, com vistas a trazer, para os futuros assistentes sociais, maior aproximação com os movimentos sociais.

O que se apreende com esta experiência é que o Serviço Social pode apresentar contribuições para os movimentos sociais, mas, sem dúvida, tem muito a aprender nesta relação. A inserção de assistentes sociais nos movimentos sociais possibilitaria visualizar a intervenção profissional em área pouco experienciada nas duas últimas décadas e, assim, pensá-la de maneira crítica, problematizando o caráter histórico da atuação profissional, como sinaliza MARRO (2014).

Abreu, Cardoso e Lopes (2014) evidenciam que o assistente social possui necessariamente em sua atuação uma face pedagógica, ou formadora da cultura, que em sentido gramsciano, significa a incisão no modo de pensar e agir dos sujeitos. Tal pedagogia pode estar relacionada ao controle social ou ter caráter emancipatório. A pedagogia torna-se emancipatória na medida em que a utilizamos como forma de potencializar a mobilização dos trabalhadores e, assim, neste mesmo sentido, atuamos pelo fortalecimento do projeto profissional e materializamos a resistência aos ataques realizados pelo capital.

## **A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA JUNTO À ESCOLA PÚBLICA**

Pensar a experiência de extensão universitária na escola pública coloca-nos diante da necessidade de compreender não só a articulação do Serviço Social com a educação, ou a atuação do assistente social no espaço escolar, considerando a dimensão pedagógica da profissão. Mas, sobretudo, pauta a necessidade de compreender a escola pública como espaço estrategicamente potente e de possibilidade social transformadora, no seu sentido individual e coletivo. No entanto,

devido aos limites desse trabalho, faremos apenas alguns breves apontamentos sobre essas possibilidades.

Em primeiro lugar, podemos pensar a escola a partir de Abreu e Cardoso (2010) enquanto “o campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendidos como sociabilidade”. Sociabilidade essa que pode expressar tanto uma experiência cultural conservadora, quanto pode se materializar numa experiência pedagógica de dimensão emancipatória.

Em segundo lugar, e na mesma perspectiva, é preciso considerar que a atuação do assistente social inserido nesse campo de sociabilidade, também traz impressa consigo a opção por um projeto que, como dito anteriormente nesse trabalho, remete a um projeto de sociedade, o qual pode ser de controle ou de emancipação. Mas que, no caso da experiência aqui relatada, traz consigo a opção por um projeto profissional que reconhece a “liberdade como valor ético central, e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993).

Em terceiro e último lugar, e de acordo com Lefebvre (2008), “a constituição de um aparelho de pedagogia social simples, que daria informação sobre a própria vida social”, pode significar a materialização de uma estratégia de ação transformadora. Entendendo essas informações da vida social, como as movimentações do cotidiano, onde a vida acontece nos múltiplos sentidos, inclusive, no ambiente escolar.

Nesse sentido, em 2016, o NÚCLEO DE PESQUISA iniciou um projeto de extensão em parceria com uma escola pública, a Escola Municipal Anísio Teixeira, que fica situada próximo à universidade e atende em tempo integral a aproximadamente 230 estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental<sup>6</sup>, 1º ao 5º ano, em sua maioria moradores das comunidades do entorno.

---

<sup>6</sup> A educação básica é o primeiro nível do ensino escolar, e é dividida em três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental, e o ensino médio.



Desde o início, o projeto de extensão universitária, teve como prática acompanhar a temática do projeto político pedagógico da escola, vigente no ano letivo em curso. Como em 2016 a escola escolheu como tema: “Identidade, diversidade e representação: nossos caminhos para a África”, o Núcleo elaborou como experiência inicial e impulsionadora de todas as outras que se seguiram, o projeto: “Serviço Social e educação: caminhos pela África”. Entendendo que num país onde mais da metade da população é considerada preta, a falta de reflexão sobre as questões étnico-raciais e sobre a história da África, tende a refletir numa sociedade que reproduz o racismo e suas diversas expressões diante da população negra, vide inclusive a negligência com esses grupos sociais nas páginas que contam a história do país<sup>7</sup>.

O referido projeto tinha dentre seus principais objetivos, possibilitar o aprofundamento do debate das experiências entre serviço social, educação e questões étnico-raciais. Além de: 1) contribuir para a aproximação e formação de educadores, responsáveis e alunos com a história da África e sua importância na formação do Brasil, a partir de elementos culturais que contribuíssem com uma nova abordagem sobre as questões étnico-raciais; 2) contribuir para uma educação antirracista trabalhando a autoestima e rompendo com os estigmas ligados a questões raciais; 3) estimular junto aos alunos, educadores e responsáveis, o pensamento crítico sobre a realidade contemporânea da população negra na sociedade brasileira articulando-a com a história e 4) trabalhar a diversidade cultural através de expressões artísticas com ritmos africanos e afro-brasileiros.

No ano de 2017, o projeto político pedagógico delineado pela escola, trazia como temática “Niterói, nossa terra nossa gente: memórias, vivências e possibilidades”, e para dialogar com a temática escolhida, apresentamos o projeto intitulado “Serviço Social e Educação: Memória e Identidade” fazendo a articulação entre serviço social, educação, questão racial, memória e identidade, como uma

---

<sup>7</sup> Somente mais de um século após o fim da escravidão negra no Brasil, o Estado brasileiro aprova um projeto de lei, a lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm), acesso em 31/05/2018.

forma de aprofundar o projeto iniciado no ano de 2016 e contribuir com o resgate da memória coletiva, voltado para o território de localização da escola.

A articulação entre questão racial, cidade e memória trouxe como possibilidade, a partir do passado, as histórias e realidades que constituem a história das crianças, com ênfase nas histórias coletivas, resgatar e reafirmar a identidade afrodescendente. E, também, a partir da memória da história que constrói a vida atual das crianças, buscar identidade com a perspectiva de classe, de trabalhadores e trabalhadoras que construíram a cidade, mas que sofrem com a desigualdade.

Desigualdade expressa no local de moradia, no acesso a equipamentos públicos e no acesso desigual à cidade.

Para os professores, a memória foi trabalhada como perspectiva de conhecimento das relações sociais passadas, que dão base aos sujeitos hoje inseridos na Escola Municipal Anísio Teixeira, a partir da valorização do passado como um instrumento de resgate da identidade e de construção do presente e do futuro.

Por fim, em 2018, o cotidiano escolar traz como demanda o debate relacionado às questões de gênero. Dando continuidade a parceria realizamos o projeto intitulado, “Serviço Social e Educação: caminhos pela diversidade”, que teve como horizonte possibilitar o aprofundamento do debate sobre gênero, a partir da perspectiva da igualdade de direitos e respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. A atuação do projeto foi pautada na perspectiva da educação pública e do Estado laico e plural. Essa temática foi demandada pela escola diante do avanço conservador que passaram a se expressar nos posicionamentos das famílias, em certa medida impulsionado pelos chamados projetos Escola sem Partido, que proliferaram no país no último período, impondo, mesmo sem serem aprovados legalmente, o medo entre os profissionais da educação de trabalhar temáticas relacionadas a gênero.

Dentre os objetivos do projeto, destacamos: 1) contribuir para uma educação antissexista trabalhando as diferenças entre gênero, orientação sexual, identidade de gênero, sociedade heteronormativa e etc; 2) Estimular junto aos educadores o

pensamento crítico sobre a cultura machista, construída socialmente por homens e reproduzida por parte das mulheres; e 3) Identificar as principais questões presentes na escola pública sobre a questão de gênero e as reações conservadoras presentes na sociedade, a exemplo do debate da “ideologia de gênero”, presente na discussão e aprovação dos Planos Municipais de Educação e dos “projetos escola sem partido”, que tomam corpo numa série de projetos de lei em tramitação, nas esferas municipal, estadual e nacional, e que versam em linhas gerais, sobre limitar a escola ao espaço do pensamento único e acrítico limitando a autonomia dos professores/educadores no que tange às abordagens políticas, sociais e culturais diversas.

O projeto materializou, de forma enfática, as estratégias de remar contra a correnteza de retrocessos no campo das políticas sociais em curso no país. Retrocessos esses que atingem inclusive os poucos direitos conquistados na política de educação e que geram reflexos nas múltiplas esferas da vida social, pois uma escola pública que não se posiciona diante das desigualdades de raça, gênero, etnia e classe, e não acolhe o diverso, contribui para que determinados segmentos permaneçam sendo violentados, invisibilizados e cada vez mais afastados desse espaço.

Na atual quadra histórica fomos absorvidos em um quadro de retração de direitos, num contexto de avanço neoliberal aceleradíssimo e de extrema direita com traços fascistas, onde o Estado isenta-se cada vez mais de responsabilidades até então inerentes a si. Esse movimento, além de individualizar cada ser humano, cada trabalhador, como se todas as pessoas tivessem as mesmas condições para alcançar o mesmo patamar de vida, estimulam a competição e a meritocracia, e promovem a crença de que o sistema vigente é a única e última forma de sociabilidade possível. Contudo, nos parece, à luz de Abreu e Cardoso (2010) que “estratégias educativas emancipatórias, vinculadas a necessidade histórica de uma alternativa societária a ordem do capital” aparecem, enquanto possibilidade concreta de transformação, daí a necessidade de construir ações contra hegemônicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências extensionistas desenvolvidas por um núcleo de pesquisa do Serviço Social, no âmbito da Universidade Pública, tem por objetivo reafirmar: 1) a necessidade da universidade pública como espaço formativo de qualidade, gratuito, laico e socialmente referenciado; 2) a experiência de extensão como espaço privilegiado para a formação profissional crítica dos estudantes de Serviço Social; 3) o caráter democrático e social da universidade pública e 4) o compromisso ético político do Serviço Social com os movimentos sociais emancipatórios e com a educação pública.

Mesmo diante dos cortes de verbas que a partir de 2015 remontam mais de 15 bilhões retirados da educação pública superior, a Universidade Pública continua a ser espaço privilegiado de produção do conhecimento e de articulação com os segmentos populacionais mais pauperizados, reafirmando a educação como direito social e não como mercadoria.

As experiências desenvolvidas junto ao MTST e na escola pública municipal, reafirmam o caráter público da Universidade e uma direção social. E ratificam os princípios pautados na CF/88, que afirmam que a educação é um dos meios de atingir os direitos sociais e a cidadania. Reforçar projetos extensionistas, em meio ao processo agudizado de contrarreformas, significa reafirmar o caráter público da Universidade e sua função social. Afirmar que a universidade pública deve ser para todos/as e tem a função de contribuir para a justiça social, seja através da produção de conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento da humanidade, seja através do acesso a bens sociais e culturais ofertados pelo ensino-pesquisa-extensão.

Assim, articula-se, através da experiência extensionista, a formação profissional do Serviço Social, a defesa da Universidade Pública, gratuita e socialmente referenciada e a necessidade de profunda interação entre Universidade, movimentos sociais e políticas públicas. Desafio que persiste diante da contrarreforma da educação e do avanço do conservadorismo e da mercantilização



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

da vida na sociedade capitalista. Projeto que pode ser ameaçado pelo conteúdo e a forma como a curricularização da extensão vem sendo implementada.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, Brasília, 2010.

ABREU, M.M.; CARDOSO, F. G.; LOPES, J.B. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. SP: Cortez, 2014.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares do Serviço Social**. 1996.

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. SP: Cortez, 2014.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.

\_\_\_\_\_. **I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**, 1987.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. SP: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm) acessado em 31/05/2018 às 15:38h

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade Latino-Americana. In: **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2012. P. 62-70.